

CONFLITOS E SOCIABILIDADES: OS BARES E CABARÉS DE PORTO ALEGRE NO CONTEXTO DAS GREVES DA PRIMEIRA REPÚBLICA

CONFLICTS AND SOCIABILITIES: PORTO ALEGRE'S BARS AND CABARETS IN THE CONTEXT OF THE FIRST REPUBLIC STRIKES

César Augusto Bubolz Queirós*
cesardequeiros@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de analisar os redutos de sociabilidade das classes populares na cidade de Porto Alegre durante as grandes greves da Primeira República (1917-1919). Procurou-se abordar a forma como as rivalidades provocadas pelas diferenças entre as posturas assumidas no decorrer dos movimentos paredistas se manifestavam em espaços de sociabilidade como bares e cabarés.

PALAVRAS-CHAVE: Sociabilidade, Trabalho, Greve.

ABSTRACT: This work aims to analyze the popular class sociability strongholds in Porto Alegre during the great strikes of the First Republic (1917-1919). We sought to address how the rivalries caused by differences between the attitudes assumed during the strike movements manifested themselves in social spaces such as bars and cabarets.

KEYWORDS: Sociabilities, Strikes, Work.

Um dos espaços de sociabilidade mais significativos no cotidiano das classes populares é o boteco, o botequim. Cantado em prosa e verso, este ambiente exerceu (e ainda exerce) grande importância para significativas parcelas da classe trabalhadora, representando um importante espaço de convívio e descontração, sobretudo entre aqueles que pegam no “pesado” e que tem sua rotina diária marcada pela árdua labuta pela sobrevivência cotidiana. Tais locais configuram-se como um refúgio entre o desgastante universo laboral e as responsabilidades do lar. É neste ambiente que estes trabalhadores jogam conversa fora, trocam suas experiências, comentam sobre o dia exaustivo, conversam sobre futebol e, até mesmo, planejam estratégias associativas. Chico Buarque, em *Com Açúcar, com afeto*, retrata a realidade do operário que sai em busca do salário para poder sustentar a família, mas que, no retorno para o lar, acaba parando nos bares – que se oferecem a cada esquina – onde vai conversar sobre futebol, bater um samba antigo e ficar “olhando as saias de quem vive pelas praias coloridas pelo sol”.

Assim, este artigo procurará analisar os bares como redutos de sociabilidade da classe operária na cidade de Porto Alegre, considerando que esses locais eram o cenário não só de conversações e lazeres, mas também de discussões políticas e sobre os rumos dos movimentos paredistas que ocorreram durante a Primeira República. Buscará ainda

* Doutor em História – UFRGS, Professor do Programa de Pós-Graduação de História – UFAM, Coordenador Acadêmico do Curso de História – UFAM.

demonstrar que, ao proporcionar espaços de propagação de ideias e de debates políticos, esses redutos apresentavam um potencial para a emergência de conflitos, uma vez que as tensões e fissuras provocadas e engendradas nos locais de trabalho acabavam por se transferir para lá. Alguns desses conflitos e rivalidades eram ocasionados pelas diferenças de posicionamentos dos trabalhadores diante das greves, gerando um acirramento das relações entre os operários grevistas e aqueles que não aderiam às mesmas.

De fato, os botecos exerciam um importante papel de sociabilidade e integração no cotidiano da classe operária. Tratando de outro contexto, Thompson já salientara que esses bares – considerados “Fortalezas de Satanás” (1987, p. 57) – constituíam-se em “espaços autônomos de sociabilidade que, embora conflitivos e plurais, possibilitavam o desenvolvimento de fortes noções de coletividade e a formulação de valores diferenciados dos padrões oficiais” (FORTES, 2006, p. 18). Nestes espaços, forjavam-se noções de identidade, laços de solidariedade e se desenvolvia em parte o aprendizado e a experiência que apontavam para a formação de uma noção de classe. Com efeito, Decca salienta que “a identidade de um grupo forma-se normalmente por sinais externos e por um conjunto de símbolos e valores dos quais se opera uma identificação” (2008, p. 13).

É notório que, durante o século das Luzes, os cafés e salões já eram um ponto de encontro dos intelectuais e filósofos que se utilizavam destes espaços como meios de propagação cultural e debate intelectual. Em meados do século XVIII, Paris já era considerada a capital cultural da Europa. Darnton discute essa boemia literária e Revolução trazendo à superfície o universo do submundo literário francês às vésperas da Revolução de 1789, “um mundo perdido de experiência literária que pacientemente esperou pela exploração que o resgatasse” (2007, p. 148).

Para Rouanet, esses espaços funcionavam não apenas como lugares de sociabilidade e de conversação, mas representavam canais alternativos de difusão e comunicação na sociedade, locais que permitiam e facilitavam a divulgação e propagação de ideias (2001, p. 149-150). Seja como redutos de propagação de ideias políticas, onde os operários trocavam experiências sobre o enfrentamento de um árduo cotidiano e refletiam sobre estratégias de resistência diante do patronato e sobre os rumos dos movimentos grevistas, ou seja, como espaços de conversação e sociabilidade, uma forma de relaxar após um dia de trabalho exaustivo – creio que as duas alternativas não são excludentes e, inclusive, se complementam

–, esses redutos de sociabilidade tinham uma enorme importância para uma significativa parcela desses trabalhadores.

Neste sentido, a emergência de uma esfera pública política, formada por espaços de discussão fora do controle do Estado, como cafés, salões e clubes, vai ter um significado importante no processo de formação de uma “opinião pública”, naquilo que Chartier se referia como espaços onde pessoas privadas faziam uso público da razão (2004, p. 84), livres de suas obrigações com as autoridades políticas e/ou religiosas. Thompson ressalta que esses espaços “desempenharam um papel muito importante na emergência dessas formas de vida pública e na articulação de um tipo de opinião pública que se distinguia das doutrinas oficiais do Estado e exercia contra elas um crescente poder crítico” (1998, p. 207).

Do mesmo modo, após terem se conhecido no ano de 1844, Marx e Engels selaram sua parceria em Paris, após haverem tomado uns drinques no *Café de la Régence* e de muitos dias de conversas. Engels resumiu o encontro afirmando que: “nossa total concordância em todos os campos teóricos tornou-se evidente, e desde então passamos a trabalhar juntos” (MARX; ENGELS, 2006, p. 13).

Em Porto Alegre, no início do século XX, os bares continuavam desempenhando um importante papel de socialização e propagação de ideias políticas e debate intelectual, sendo espaços privilegiados para a discussão política e para tomadas de “decisões”. A despeito da forte condenação moral que estes espaços e seus frequentadores sofriam – “redutos de bêbados e vadios”, frequentados por “gente de baixa extração social e, sobretudo, de mau viver” (PESAVENTO, 1999, p. 13) –, eles desempenhavam um importante papel no cotidiano desses trabalhadores.

Após um dia de trabalho exaustivo, uma passada rápida em um boteco podia representar um pequeno momento de fuga das agruras do dia a dia. Nestes momentos, entre um trago e outro, em não raras ocasiões, esses trabalhadores discutiam os rumos do movimento e deliberavam sobre as ações a serem tomadas. Por vezes, tais discussões geravam embates entre aqueles que, a despeito de serem colegas de trabalho e vivenciarem as mesmas dificuldades de uma labuta exaustiva, tomavam atitudes antagônicas no que concerne à participação nos movimentos paredistas. As tomadas de decisão e as posturas políticas também se sentavam à mesa e, quando a bebida já turvava a mente e liberava os discursos, estes antagonismos se transformavam em conflitos, brigas e inimizades. Se, por um

lado, todos eram operários e compartilhavam as mesmas experiências no ambiente laboral, por outro, estavam em posições diametralmente antagônicas, opostas.

Pode-se verificar tais ocorrências com relativa abundância na documentação. Ginzburg já salientara que a oralidade que caracteriza as classes populares dificulta ao historiador o acesso a este vasto mundo de significados e experiências (1987, p. 18). No entanto, o cotidiano desses trabalhadores acaba por chegar ao pesquisador em momentos em que há uma quebra na normalidade. Refiro-me aqui, em especial, aos momentos em que estes agentes acabaram sendo interpelados pela justiça e, através dos processos criminais resultantes destes incidentes, nos facultam a possibilidade de acessar seu mundo. Nesses processos, suas falas ganham vida e seu cotidiano aparece, mesmo que tenhamos que enxergar por sobre os ombros dos juízes, visto que o que eles “estavam tentando arrancar dos réus não era diferente, no fim das contas, daquilo que nós estamos procurando” (GINZBURG, 1990, p. 12). Assim, por meio desses processos criminais, podemos ter acesso às “‘fatias de vida’, cotidianas e substanciais”, dos réus e testemunhas arroladas (LE ROY LADURIE, 1997, p. 17).

Um caso que pode servir para tornar claro aquilo que venho salientando ocorreu em uma madrugada de maio de 1919. Durante uma greve ocorrida na capital, um grupo de padeiros havia se reunido no “Beco do Oitavo, em um Cabaret, conhecido por *Boulevard*”. O Beco do Oitavo¹, atual rua André da Rocha, era uma zona de meretrício famosa por seus prostíbulos e bodegas e que levava esse apelido (o nome da rua era 03 de novembro) em função da proximidade com o 8º Regimento de Infantaria (PESAVENTO, 1999, p. 16). A imprensa da capital considerava esse local como “um espetáculo que as testemunhas não esquecem: velhas e jovens prostitutas e seus malandros gigolôs, surpreendidos, acordam seminus, e protestam aos gritos” (FOLHA DA TARDE, 19/02/1938). Nas palavras de um cronista, “ninguém que se prezasse passaria pelo buliçoso e cabuloso beco” (SANHUDO, 1979, p. 211).

Thompson já salientara que era “tendência natural das autoridades a considerar um incômodo as tavernas, feiras e quaisquer concentrações de gente – fonte de ociosidades, rixas, sedição ou contágio” (1987, p. 60). E, no caso do Beco do Oitavo – ou Beco da Desordem

¹ Sobre o Beco do Oitavo, também chamado de Beco da Desordem, ver (BEDNARZ, 2011).

–, isso ficará evidente alguns anos depois quando, com a argumentação de promover uma modernização do centro da cidade, o interventor municipal José Loureiro da Silva (1937-1943) executará um conjunto de reformas urbanas que levará à eliminação do antigo Beco do Oitavo e à expulsão de moradores pobres e estigmatizados do local.

Nesta ocasião, entre tragos e discussões sobre os rumos da greve, o grupo designou o padeiro Leopoldo Silva para “vigiar os companheiros que não haviam aderido à parede”². Uma das testemunhas mencionou ao longo do processo que Leopoldo teria saído do cabaré Boulevard já pela madrugada e “um pouco embriagado em um auto”. Outro depoente afirmara que, na noite anterior, ele também “estivera em um Cabaret à rua S. Pedro, onde bebera regularmente em companhia de outros grevistas” e “declarado que haviam de vingar-se dos padeiros que trabalhavam”. Fica interessante perceber que era nesses cabarés, nessas “Fortalezas do Satanás”, que parte dos padeiros em greve se encontrava para conversar e discutir as questões do movimento. Tais reuniões acabaram por ter um desfecho infeliz: designado para vigiar os padeiros que estariam “furando” a greve, Silva posicionou-se na esquina das ruas Voluntários da Pátria e Vigário José Ignácio, onde encontrou com o padeiro português Antônio Rodriguez Lopes que retornava para casa. Quando foi abordado por Leopoldo Silva, teve início uma discussão, durante a qual o grevista disparou duas vezes contra Lopes, que morreu no ato.

O crime deu início a um processo no qual foi indiciado

o indivíduo Leopoldo Silva, padeiro, por ter assassinado bárbara e friamente o mísero operário padeiro Antônio Rodriguez Lopes. O denunciado tomara parte ativa da greve dos padeiros, declarada nesta capital e foi esse mister de grevista destacado para vigiar os companheiros que não haviam aderido à parede que ele foi postar-se, às primeiras horas da manhã do dia 16 do corrente [maio de 1919], à esquina das ruas Voluntários da Pátria com a Vigário José Ignácio, nas proximidades da padaria ‘Piccini’. Antônio Rodriguez Lopes, que trabalha nessa padaria, não tendo aderido à greve, ao passar pelo local em que se achava Leopoldo Silva foi por este interpelado sobre a greve. De súbito, sem mais nem menos, Leopoldo Silva arrancou o revólver e detonou-o duas vezes, de surpresa, contra sua infeliz vítima, prostrando-a sem vida.

Após o ocorrido, Silva fugiu do local, dirigindo-se à Rua da Cadeia Velha (hoje, Vigário José Inácio), onde residiam diversas “mulheres de vida”, tendo se ocultado na bacia da latrina. Diante do fato, torna-se curioso observar que o refúgio buscado pelo réu após o ocorrido foi

² As próximas citações pertencem ao Processo-Crime n. 1.016 (APERGS, 1919).

justamente na casa dessas mulheres de vida que, muito provavelmente, conhecera em um desses cabarés. Isso reforça o fato de que sua presença naqueles espaços não foi ocasional e que o mesmo poderia inclusive frequentar o local com alguma regularidade.

Ao ser preso, o denunciado confessou ter realmente dado os tiros em Lopes, tendo justificado o fato afirmando que, ao interpelá-lo a fim de saber se ele continuava trabalhando, Lopes se exasperara. Como era maior e mais forte do que Leopoldo, esse, receoso de apanhar, disparou sua arma. Leopoldo Silva fez questão de salientar que, nas outras greves, Antônio Lopes “sempre foi de partido oposto ao dos grevistas”.

O jornal *Gazeta do Povo*, porém, noticiou outra versão, afirmando que, ao regressar para casa às 8 horas da manhã após uma noite de serviço, o fornecedor Antônio Rodrigues Lopes foi “alvejado pelas costas pelo padeiro Leopoldo Silva”, tendo morte imediata. Ao ser interrogado, o réu teria dito que “praticara o assassinio em defesa dos interesses de sua classe, visto Lopes não ter aderido à greve em que se acham” (GAZETA DO POVO, 17/05/1919). Leopoldo Silva, a despeito de ter recebido auxílio do Sindicato Padeiral, que criou uma Comissão Pró-Presos para providenciar que nada lhe faltasse (O SYNDICALISTA, 01/05/1919), acabou recebendo uma condenação de dez anos e seis meses de prisão celular, tendo cumprido pena até o dia 20 de dezembro de 1927.

O que é curioso observar neste episódio é que as discussões políticas e decisões daquele grupo de grevistas estavam sendo realizadas em cabarés da cidade: uma noite no cabaré da rua São Pedro, no Quarto Distrito, e, na noite seguinte, no cabaré Boulevard, no Beco do Oitavo. Esses espaços, tidos como lugares de libertinagem, representavam um espaço de autonomia fora do alcance dos patrões e do Estado, nos quais as questões pertinentes às greves poderiam ser debatidas sem censuras ou reprimendas. A despeito do tom crítico e moralizador com o qual a imprensa se referia ao local, o Beco do Oitavo – e seus cabarés – pode ser definido como um reduto de sociabilidade – para usar uma expressão de Sandra Pesavento (1998, p. 84) – das classes subalternas, com fortes distinções sexuais e sociais.

O fato de Leopoldo Silva carregar uma arma para vigiar os outros padeiros é significativo e aponta para uma radicalização do antagonismo entre grevistas e não grevistas. A opção por levar uma arma para “vigiar” os companheiros passa por uma avaliação de que aquela atitude representaria um risco em potencial, ou seja, havia a perspectiva de um enfrentamento, mesmo que este não fosse planejado. Tal precaução se justificava em razão

de que observa-se um acirramento dos ânimos, visto que alguns empregadores haviam rompido com um acordo feito na greve anterior que previa o não fornecimento do pão às segundas-feiras (O SYNDICALISTA, 01/05/1919, p. 4). O descontentamento ocasionado por tal situação acarretou uma série de incidentes que refletia um clima de hostilidade entre patrões, grevistas e não grevistas. Ainda em março, houve um conflito com intenso tiroteio que produziu graves ferimentos em alguns trabalhadores da Padaria Três Estrelas (MÁSCARA, 29/03/1919, p. 7). No mês seguinte, quando Dorvalino Feijó (empregado da Padaria Primor que havia aderido ao movimento paredista) se aproximou da rua João Alfredo, foi surpreendido pelo padeiro Juvenal que, acompanhado de um praça da Brigada Militar, fazia vigilância na Padaria Feliz. Ao perceber a presença de Dorvalino, Juvenal desfechou-lhe um tiro “sem proferir uma palavra” (GAZETA DO POVO, 21/04/1919, p. 2), em função do qual a vítima veio a falecer (QUEIRÓS, 2013).

Da mesma forma que esses redutos de sociabilidade eram frequentados por grevistas – como Leopoldo Silva e seus companheiros – levando suas posições políticas para as mesas destes botequins e, longe dos olhos do Estado e dos patrões, transformando-os em espaços de autonomia, os trabalhadores que não simpatizavam com as greves e se recusavam a fazer parte delas também estavam ali presentes. Afinal, Marilena Chauí já afirmara que na “cultura do povo, o boteco é um mundo” (1982, p. 68). Todavia, os encontros entre esses “dois mundos” eram carregados de tensão e de estranhamento. As rivalidades criadas no espaço laboral, a partir da posição de aderir ou não à greve, eram trazidas para a mesa do bar e, depois de uns goles, o antagonismo político podia transformar-se em conflito físico. Trabalhadores que compartilhavam da mesma experiência no mundo do trabalho, que enfrentavam as mesmas dificuldades ofertadas pela dureza de uma vida de trabalho e pouca remuneração, viam-se nesses momentos como rivais. Nesses momentos, “covarde” e o “baderneiro”, o “traidor” e o “anarquista” sentavam ao mesmo balcão, tomando um trago.

Em um desses encontros, ocorrido durante a greve da Viação Férrea, em 1917, o boteco de Pedro Zíngaro transformou-se no palco privilegiado de uma discussão acalorada entre alguns operários, que acabou resultando na morte de um deles. Tal incidente resultou em um processo-crime, no qual vários trabalhadores da Viação Férrea, presentes no boteco, prestaram depoimentos sobre o ocorrido. A quantidade de trabalhadores presentes no momento da briga ilustra o quanto aquele espaço era frequentado por aquele grupo –

grevistas e não grevistas, ao final do dia, iam ao bar de seu Pedro conversar e tomar umas biritas.

O fato teve origem quando alguns trabalhadores da Estação Gravataí, entre eles Juvenal Vasquez e Honorato Souza, se encontraram na casa de negócios de Pedro Zíngaro a fim de beberem um “traguinho”. As diferenças de posições acerca da greve levaram ao início de uma discussão entre ambos: Vasquez teria feito “várias acusações contra João Guimarães [contramestre daquela estação] o que Honorato retrucou, defendendo-o”³. O conflito estava instaurado! O fato de Honorato ter defendido Guimarães gerou irritação em Vasquez, originando discussão entre ambos. João Guimarães, que teria sido um dos “cabeças da greve” anterior (quando ainda não era contramestre), não aderira àquela greve e era acusado de haver demitido um amigo de Vasquez. Ademais, desde que a paralisação começara, Vasquez “vinha fazendo picardias a João Guimarães, contramestre das oficinas da estação do Gravatahy, por não ter este aderido à greve”, afirmando que o mesmo era um “canalha e um sem-vergonha”.

No depoimento de Manoel Silva, foguista da Viação Férrea, percebe-se que Vasquez teria insultado também Honorato Souza, acusando-o de “canalha e sem-vergonha”. Outro operário da empresa, Pedro Kramer, assegurou que já havia uma rixa entre “Juvenal e Guimarães depois da greve e pelo fato deste último não ser solidário com os companheiros por ocasião da dita greve”, tendo afirmado, ainda, que ouvira Juvenal Vasquez dizer que João Guimarães era um “sem-vergonha muito grande por ter dado na ocasião da greve uma arma de salão e dez balas para o depoente matar João Varella”. Infere-se que João Guimarães não só havia sido um dos líderes da greve anterior como teria dado uma arma para que Juvenal Vasquez assassinasse João Varella que, naquela ocasião, era o contramestre da empresa.

Por haver ficado contrariado em virtude do fato de Honorato Souza ter defendido João Guimarães das acusações que lhe imputava, Vasquez exigiu que aquele lhe devolvesse uma adaga que se encontrava em seu poder. Quando esse último – que havia saído para pegar a arma pedida – estava retornando, Vasquez insultou-o novamente, e Honorato, ao puxar a adaga, foi atingido por um tiro de seu agressor, que sacara um revólver. A confusão estava armada.

³ As próximas citações pertencem ao Processo-Crime n. 833 (APERGS, 1917).

Nesse momento, João Guimarães, o contramestre daquela estação da Viação Férrea, apareceu no local. Não foi possível averiguar se ele foi informado do incidente ou se, tão somente, dirigiu-se ao bar para tomar uns tragos com os companheiros. Lembremos que a briga entre Vasquez e Souza teve origem justamente em função de Vasquez ter chamado Guimarães de sem-vergonha e ter sido contrariado por Honorato Souza.

Percebendo a chegada de seu desafeto, Vasquez, que empunhava novamente seu revólver após tê-lo deixado cair no chão durante a briga anterior, dirigiu-se a Guimarães exclamando: – ‘És tu mesmo que eu quero!’ – detonando reiteradamente contra o mesmo a referida arma. João Guimarães sacou a pistola que trazia presa à cintura e disparou quatro tiros contra seu agressor, protagonizando uma cena digna dos melhores filmes de *bang-bang*, um duelo a céu aberto.

No interrogatório do réu, Guimarães afirmou que Juvenal “dizia há algum tempo a diversas pessoas que havia de dar um tiro no interrogado, dizendo ter o mesmo influído na demissão de um amigo dele”. E, de fato, outras testemunhas arroladas no processo afirmaram que Vasquez teria expressado claramente a intenção de matar Guimarães – as declarações de Carlos Northfleet, mestre da oficina; Luiz Ferrão e João Francisco, ambos foguistas da Viação Férrea, reiteraram este fato várias vezes. De acordo com o último, Vasquez dissera que “havia de matá-lo”; Ferrão também informou que “Juvenal por diversas vezes havia prometido matar Guimarães”; e Northfleet ressaltou que “Juvenal já havia premeditado matar Guimarães”.

Durante a luta com Honorato, Vasquez estava tão embriagado que chegara a perder o revólver. O depoente Júlio Munhoz afirmou que, antes do incidente, levava “Juvenal para sua casa em vista de estar um pouco embriagado” e que “viu o denunciado Juvenal discutindo com o foguista do motor pedindo o depoente ao referido foguista que não desse caso pois Juvenal estava embriagado”.

Quanto à conduta dos réus, percebe-se, nos depoimentos, uma contradição importante: enquanto alguns depoentes atestaram que os três envolvidos no incidente – Juvenal, Honorato e Guimarães – eram homens trabalhadores e ordeiros (Pedro Zíngaro, Manoel Silva, Júlio Munhoz e Antônio Grange), outros (Northfleet, João Francisco e Luiz Ferrão) corroboraram o bom comportamento de Honorato e Guimarães, desabonando, porém, a conduta de Vasquez, tido como “de maus costumes, provocador e desordeiro”, dado

ao vício da embriaguez, com “fama de valentão, embriagando-se de quando em vez, provocando nestas ocasiões desordens”.

Não é possível dizer até que ponto estes depoimentos foram ou não induzidos pela participação de Vasquez na greve, uma vez que Northfleet ocupava um cargo de mestre na oficina e João Francisco, foguista, poderia estar tendo um comportamento “adequado” aos olhos de seu superior, João Guimarães. Além disso, podemos interpretar tais posicionamentos como uma tentativa de inocentar Guimarães e Honorato de Souza, uma vez que Vasquez acabou falecendo em virtude dos ferimentos ocasionados durante o conflito e os dois poderiam ser, em função disso, condenados à prisão. Receoso desse veredicto, Guimarães havia, inclusive, fugido para Buenos Aires. Apesar de vários testemunhos descreverem o conflito como tendo sido provocado por Juvenal, Júlio Munhoz relata que, a despeito daquele estar embriagado e de ter provocado Honorato com xingamentos, a agressão teria partido desse último, que “puxou sua adaga que tinha na cava do colete [...] e com ela espancou a Juvenal”. Só depois de agredida, a vítima teria sacado de seu revólver.

Luiz Ferrão, uma das testemunhas de defesa, afirmou trabalhar havia cinco anos com Guimarães – sendo, possivelmente, seu subordinado na oficina –, o que o deixava em uma situação “suspeita” perante a Justiça. Acrescente-se a isso que a acusação de embriaguez feita a Vasquez – muito usual à época para desqualificar a posição de um indivíduo, sobretudo quando pertencente às classes populares –, apesar de atestada por várias testemunhas, deve ser relativizada, uma vez que Honorato, de conduta exaltada pelos depoentes, também se encontrava no bar de Pedro Zíngaro bebendo com Juvenal, o que poderia ser igualmente uma forma de desabonar sua conduta, embora isso não tenha acontecido.

Outras acusações foram feitas a Vasquez durante o processo: o delegado de polícia de Montenegro informava que ele, “por ocasião da greve, promoveu desordens, constando mesmo que ali deu um tiro em um soldado e que há tempos foi processado pelo crime de ferimentos, sendo absolvido”. No depoimento de Northfleet, se estabelece outra séria incriminação ao réu: segundo esse depoimento, Vasquez estivera,

por ocasião da greve, escondido atrás de um barranco marginal à via férrea, [quando] alvejou um maquinista que a ela não aderira e que passara conduzindo um comboio de passageiros [...] tendo seu *bonet* atravessado pelo projétil de tiro disparado pelo denunciado Juvenal.

Este maquinista chamava-se Salestiano Lacerda e teria abandonado a estrada devido ao fato. Pelos depoimentos, observa-se que, em diversas circunstâncias, Juvenal Vasquez reagira violentamente contra aqueles que não aderiram à greve. Pode-se presumir, inclusive, que seus companheiros grevistas o insuflavam a atacar os não grevistas, pois se aproveitavam de sua fama de valentão e de seu temperamento agressivo para utilizá-lo a seu favor. O tiro contra o maquinista e os casos ocorridos em Montenegro podem ser considerados exemplos disto. Ao término do processo, os réus João Guimarães e Honorato Souza não foram pronunciados por alegarem legítima defesa.

Através deste outro pitoresco episódio, podemos perceber a importância desses bares como redutos de sociabilidade da classe operária, sendo frequentados tanto por aqueles que aderiam às greves quanto por operários que eram avessos às paralisações. Entre um trago e outro, esses trabalhadores refletiam sobre a aspereza da vida, recriando um ambiente mais ameno e lúdico. Naqueles espaços, não havia nem Estado e nem patrões.

Tanto os cabarés que serviram de local para os encontros dos padeiros grevistas quanto o boteco de Pedro Zíngaro, frequentado por boa parte dos trabalhadores da Viação Férrea, podem ser vistos como redutos de sociabilidade da classe trabalhadora. Do mesmo modo, observamos que esses espaços eram compartilhados pelos operários grevistas e pelos não grevistas e que ambos conviviam – não sem conflitos ou rivalidades – nos mesmos locais. Portanto, tomar um “trago” depois do trabalho era um costume que não tinha ligação com pertencimento ao sindicato.

Para Hobsbawm, o “clássico bar da classe operária era o local onde os homens apareciam com regularidade, geralmente sós ou aos pares, após o trabalho ou após jantarem cedo, para um período mais curto ou mais longo de descanso do trabalho e da vida doméstica” (1988, p. 267). Da mesma forma, destaca que na Inglaterra do início do século XX a “sociabilidade masculina era inseparável do álcool” (HOBBSAWM, 1988, p. 267).

Torna-se importante salientar que o consumo de bebida alcoólica está diretamente relacionado a um determinado estilo de masculinidade, de modo que o ato de beber pode ser percebido como parte de um processo de “internalização da identidade masculina” (NEVES, 2003, p. 82), aparecendo como um “fator necessário à convivência e à integração, postas em pratica sob um duplo sentido: de ascensão social e de um certo reconhecimento social da identidade viril” (NEVES, 2003, p. 82).

No extremo, ao tratar da cultura das classes populares na Inglaterra no início do século XX, Hoggart menciona que, mesmo quando o homem ficava desempregado, havia a aceitação tácita de que ele “tem de ter dinheiro para os cigarros e para beber uma cerveja. [...] Os cigarros e a bebida são indispensáveis; privar-se desses supérfluos seria tirar todo o prazer da vida; e o homem não tem outros interesses que lhe permitam dispensar o prazer da bebida e do fumo” (1973, p. 68). No início do século XIX, a cerveja era um artigo tão importante na dieta das classes trabalhadoras – sendo essencial para o desempenho de qualquer trabalho pesado – que “se uma moça soubesse preparar um bolo de aveia e uma boa cerveja, certamente daria uma boa esposa” (THOMPSON, 1988, p. 183).

E, na cidade de Porto Alegre, podemos verificar situações bastante similares. Para Aravanis (2005), o consumo de bebidas alcoólicas era tão impregnado na cultura popular que, em alguns locais de trabalho – como a Fundação Alberto Bins e a Fábrica de Chapéus de Oscar Teichmann –, havia bares que vendiam bebidas alcoólicas. O consumo de álcool pelos operários durante o expediente de trabalho chegou a despertar a preocupação dos patrões, que enviaram uma proposta de regimento fabril para o “Sindicato dos Marceneiros e Classes Anexas”, no qual se tornava proibida a sua ingestão durante o horário de expediente (ARAVANIS, 2005, p. 93). Mesmo nas festas promovidas pelas associações operárias seu consumo era bastante comum.

Todavia, observamos que, no afã de denegrir a condição moral dos trabalhadores que não aderiam aos movimentos paredistas e criar uma distinção moral para o operário militante, os jornais e panfletos das associações operárias buscavam imputar-lhes a pecha de bêbados: o não grevista era o carneiro, o fura-greve, um traidor da classe, que não era solidário com os companheiros e que abusava do álcool, enquanto que o grevista era o operário virtuoso, solidário, corajoso. Percebemos uma tentativa de estigmatização que tem um efeito de coerção moral. João Guimarães e Honorato Souza haviam sido chamados de “canalhas” e “sem-vergonhas” por Juvenal Vasquez por não terem aderido à greve. Do mesmo modo, vários depoimentos citaram Vasquez como um desordeiro, provocador. Assim, a greve se apresenta como um instrumento de afirmação da “coesão do grupo, da ruptura coletiva com a ordem que ela produz” (BOURDIEU, 1983, p. 201) e quem não participa dela, torna-se uma ameaça ao sucesso da mesma, enfraquecendo o poder de barganha dos sindicatos e das associações perante o patronato e o Estado.

Neste sentido, esses trabalhadores eram alvo de uma série de pilhérias e acusações que tinham o intuito de deslegitimar sua posição e coagi-los a aderir às greves, caracterizando um arsenal de expressões depreciativas e humilhações públicas⁴ com potencial de ferir a dignidade desses operários. Uma das formas dos jornais operários atingirem a dignidade dos trabalhadores que não aderiam às paralisações era imputar-lhes a acusação de beber demais. Um exemplo representativo dessas classificações pejorativas utilizadas pelos grevistas para deslegitimar a posição dos operários que não aderiam às greves é a *Canção dos “Fura-Greves”* ou *Hino dos “Carneiros”*, publicada no periódico *O Sindicalista* – órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul – durante a greve de 1919 (03/09/1919)⁵.

Nesta canção, os fura-greves eram apresentados como “canalhas, todos em redor do garrafão reunidos” e como merecedores de “desprezo e ódio gerais”, imputando-lhes o consumo de bebida alcoólica articulado à falta de caráter e hombridade, expressa na traição aos companheiros de classe. Ansart salienta que “dos homens era cobrada prioritariamente uma conduta que manifestasse sua fidelidade pública aos companheiros e às demandas e reivindicações operárias [...]” (2005, p. 15) e a não adesão à greve era interpretada como falta de solidariedade. Assim, é criada uma nítida distinção moral entre os operários grevistas – portadores de uma postura irrepreensível em termos éticos e morais, sem vícios como o álcool e o jogo – e os que adotavam uma posição de não adesão às greves – que estariam tomados pelo vício do álcool⁶.

Thompson salientara que, nos primórdios do movimento operário inglês, os seus primeiros líderes teriam se afastado desses divertimentos e frivolidades e se sobressaíam “por esforços de autodisciplina que lhes exigiam abandonar o despreocupado mundo das tabernas” (1987, p. 61). Devemos considerar que, naquele momento, ainda havia uma forte pressão metodista na direção de uma disciplinarização dos hábitos dos trabalhadores, para quem um copo cheio, uma música e uma namorada (talvez uma prostituta de rua) formava sua “trinca de prazeres” (THOMPSON, 1987, p. 60). Para um trabalhador do início do século

⁴ Segundo Ansart, humilhação é “uma situação particular na qual se opõe, em uma relação desigual, um ator (individual ou coletivo) que exerce uma influência, e, do outro lado, um agente que sofre esta influência. A situação humilhante é, por definição, racional: comporta uma agressão na qual um sujeito (individual ou coletivo) fere, ultraja uma vítima sem que seja possível uma reciprocidade”. (ANSART, 2005, p. 15).

⁵ Publiquei a canção em (QUEIRÓS, 2006).

⁶ No primeiro capítulo de sua tese de Doutorado, Bilhão analisa os elementos constituintes de uma identidade operária marcada pela virtude, destacando a importância da instrução, da higiene e a condenação ao álcool e ao jogo para a construção desta identidade. (BILHÃO, 2005).

XIX, metodistas e jacobinos estariam “unidos para destruir os divertimentos do povo” (THOMPSON, 1987, p. 61).

No caso de Porto Alegre, em que a pressão religiosa era bem menos significativa, a imprensa operária também promovia uma luta pela ordem e pela sobriedade entre os trabalhadores, fazendo uma severa crítica ao consumo do álcool. Contudo, como vimos, mesmo aqueles que estavam diretamente associados aos sindicatos tinham nesses redutos de sociabilidade – e no consumo de bebidas – uma parte importante de seu cotidiano. Para Aravanis (2005, p. 186), esta condenação ao consumo de álcool deriva da busca pela construção de um corpo operário fisicamente apto aos embates da classe, sendo que o seu consumo acarretaria males físicos e morais que impossibilitavam uma atuação de luta e uma consciência crítica e transformadora do social. Batalha destaca que “salta aos olhos de qualquer observador o contraste entre uma postura puritana de condenação do álcool [...] de uma parte da militância e as formas de lazer da maioria dos trabalhadores” (1997, p. 92). Percebe-se que este discurso puritano não se sustenta na prática e um operário grevista não se distingue tanto de um trabalhador não engajado no que se refere aos hábitos de lazer e à vida cotidiana, visto que “se certamente há diferenças entre os militantes e o trabalhador comum, parece improvável que não exista nada em comum entre os primeiros e os últimos” (BATALHA, 1997, p. 94). Deve-se ter em mente que “discurso e prática nem sempre caminham juntos, na maioria das vezes não caminham juntos. Artigos teóricos em jornais e muitas das resoluções de congressos têm uma função mais didática [...], são mais recomendações do que resoluções” (BATALHA, 1997, p. 93).

Para concluir, apontamos que esses redutos de sociabilidade representavam espaços privilegiados de convívio e de expressão das classes trabalhadoras, espaços nos quais as rivalidades e solidariedades eram expressas e que se caracterizavam como espaços de autonomia, onde os agentes estavam longe dos olhos da polícia, do Estado e do patronato. Entre um trago e outro, esses trabalhadores faziam sua história e expressavam os anseios e as angústias de uma vida marcada pela experiência no mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSART, Pierre. As Humilhações Políticas. In: MARSON, Isabel; NAXARA, Márcia (Org.). *Sobre a Humilhação*. Uberlândia: EsuFU, 2005.

ARAVANIS, Evangelia. *O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890-1917)*. 2005. 239 f Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BATALHA, Cláudio. Vida Associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n. 8, dez. 1997.

BEDNARZ, Adriana Maria Laste. *O Beco da Desordem: rua 3 de novembro e as reformas urbanas na administração José Loreiro da Silva*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)*. 2005. 280 f Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A Greve e a ação política. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CHARTIER, Roger. *As origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Unesp, 2004.

CHAUÍ, Marilena. Notas sobre Cultura Popular. In: _____. *Cultura e Democracia*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 1982. Coleção Contemporânea.

DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DECCA, Edgar S. de. *Cidadão, mostre-me a identidade*. Campinas, SP: Caderno CEDES, 2008.

FORTES, Alexandre. Miríades por toda a eternidade: a atualidade de E. P. Thompson. *Tempo social*, São Paulo, v. 18, n. 1, 2006.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como Antropólogo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 21, set. 1990/ fev. 1991. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set. 1990/ fev. 1991.

HOBBSAWM, Eric. A formação da cultura da classe operária britânica. In: HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOGGART, Richard. *As Utilizações da Cultura*. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Montaillou, povoado occitânico (1294 – 1324)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Zahar, 2006.

NEVES, Delma Peçanha. O Consumo de Bebidas Alcoólicas: Prescrições Sociais. *BIB*, São Paulo, n. 55, 2003.

PESAVENTO, Sandra. *Os pobres da cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

PESAVENTO, Sandra. Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, set. 1999. QUEIRÓS, César Augusto. *O Positivismo e a Questão Social na Primeira República*. Guarapari, ES: Editora Ex-Libris, 2006.

QUEIRÓS, César Augusto. Não há pão, não há padeiro: não se abriu a padaria: greves e manifestações do sindicato padeiral em Porto Alegre. *História, imagem e narrativas*, Porto Alegre, n. 17, outubro/2013.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

SANHUDO, Ary Veiga. *Porto Alegre: crônicas de minha cidade*. 2 ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia/IEL/UCS, 1979.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. I.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. v. II.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERIÓDICOS

O Syndicalista. (01/05/1919)

Gazeta do Povo. (17/05/1919) e (21/04/1919)

Folha da Tarde. (19/02/1938)

Máscara. (29/03/1919)

PROCESSOS

Processo-Crime n.º 833. Porto Alegre: APERGS, 1917.

Processo-Crime n.º 1.016. Porto Alegre: APERGS, 1919.